

FUNCIONALISMO

Bernardo Moura

Agora 18/09/2010

Demissão na Saúde é alvo de polêmica

A demissão de duas funcionárias do Hospital de Transplantes do Estado de São Paulo —o antigo Hospital Brigadeiro— motivou uma troca de versões e de acusações entre o SindSaúde-SP (sindicato dos servidores da Saúde) e o governo.

Na última quarta-feira, de acordo com Hélcio Marcelino, secretário-geral do SindSaúde-SP, duas funcionárias teriam sido demitidas do hospital porque se filiaram à entidade e participaram de um protesto em frente à Secretaria de Estado da Saúde no dia anterior.

As demissões motivaram protestos dos demais servidores, que fecharam o ambulatório da unidade por algumas horas na tarde de quarta, segundo Marcelino.

Ainda de acordo com o sindicalista, as demissões das funcionárias estariam relacionadas à derrubada de uma liminar na Justiça que garantia a permanência de temporários admitidos após 2007, mesmo após o fim do prazo de 12 meses que o Estado impõe como limite para os contratos.

A Secretaria de Estado da Saúde apresentou outra ver-

são para as demissões. Em nota, o órgão explicou que a SPDM (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina), que gerencia o hospital, dispensou as funcionárias no início do mês porque elas teriam sido reprovadas no período de teste. Caso tivessem passado, elas seriam contratadas como celetistas.

A Saúde afirmou ainda que o caso não está relacionado aos temporários que eram protegidos pela liminar, e classificou como "mentirosas" as informações do SindSaúde-SP.

Desgaste

Após seis meses, os funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego no Rio de Janeiro encerraram a greve. Em São Paulo e em outros Estados, porém, os servidores permanecem de braços cruzados, segundo Beth Lima, diretora da Condsef (associação de servidores) no Estado.

Desgaste 2

Segundo Beth, os cariocas terminaram a greve alegando o "desgaste" do movimento. Pesou ainda a adoção de um novo esquema de trabalho, que reduziu a jornada dos funcionários. Na semana que vem, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) julgará o dissídio de greve do MTE.